

Sexualidade

Parte-se do entendimento de sexualidade como manifestação natural dos seres humanos, com relação ao prazer, a busca de realização, expresso, via de regra, através do corpo.

A sexualidade é, também, produto histórico cultural que passa a ser restringido, permitido ou naturalizado, quanto suas formas de expressão, segundo a sociedade que vai se estabelecendo.

A sociedade patriarcal criou e mantém a divisão entre sexualidade e afetividade, especialmente com relação ao universo masculino. Aos homens foi construído e atribuído o direito de separar afeto/amor e sexo. Já para as mulheres foi atribuído o papel da reprodução e da negação do prazer sexual.

Por isso, falar em sexualidade é bem mais amplo que falar em sexo ou relações de sexo. Tem-se que falar em relações entre os sexos, que estão numa sociedade classista. É nessa sociedade que, tanto as mulheres, como aqueles(as) que assumem orientação sexual diferente “do padrão”, são inferiorizados(as).

É vivendo na sociedade antagônica, ou com a oposição de classes, onde há relações de poder entre as pessoas que estabelecem relações, que vai se construindo a identidade das pessoas.

A identidade subalterna, construída nas mulheres, leva à frustração e muitas vezes à competição entre elas mesmas. Mas por que tanto investimento do capital para remodelar e fabricar mulheres “perfeitas”?

Se elas precisam sempre estar concorrendo entre si, sendo mutiladas e enfeitadas para agradar o outro, é porque há um grande sentimento de inferioridade, que precisa ser superado.



Secretaria Nacional do MMC

Rua Uruguai, 905 - Sala 21 - Centro
99010-110 - Passo Fundo/RS
Fones: (54) 3045 1066 | (61) 4063 6520
E-mail: secretaria@mmcbrasil.com.br

Escritório Nacional - Brasília

SDS NR 39 - Bloco "O"
Ed. Venâncio VI - Sala 402
73939-905 - Brasília/DF
Fone/Fax: (61) 3225 9978
E-mail: escritorio@mmcbrasil.com.br

www.mmcbrasil.com.br

*gênero
sexualidade
e direitos
das mulheres*

Gênero

Todas as relações entre as pessoas são relações de gênero, portanto, imbricadas de poder na sociedade classista. As relações de gênero acontecem no cotidiano das pessoas e nem sempre são da forma mais amistosa, porque há poderes desiguais entre os sexos.

Diante da violência histórica cometida contra as mulheres na sociedade patriarcal, não há como falar em igualdade de gênero. A igualdade, efetivamente, não existe. Não se pode aceitar, entretanto, que a situação das mulheres é tranqüila pelo fato da existência de uma lei que diz que “todos são iguais”. A igualdade não acontece repentinamente, muito menos numa sociedade desigual.

Falta muito em termos de empoderamento das mulheres para se chegar a equiparidade. Dado a discriminação e a marginalização das mulheres, elas, mais do que nunca, precisam se organizar e continuar a luta contra todas as formas de violência.

Por outro lado, falar em direito não basta, considerando que vivemos numa sociedade que cada vez mais amplia as desigualdades. Os direitos devem ser entendidos como passos em direção do poder equitativo – a criação das condições para que as mulheres se coloquem em um cenário de “igualdade de gênero”.

Direitos das mulheres

A luta por direitos das mulheres aparece recentemente, se formos considerar a história. Todavia, não há dúvida de que havia reações das oprimidas, no entanto, foram boicotadas, abortadas e silenciadas. E, mesmo quando se tornavam processos de luta evidenciadas, eram negadas por parte de quem não admitia a capacidade das mulheres se expressarem.

Sabe-se que há necessidade de retomar seu espaço de direito. E, para isso, é preciso se colocar como sujeito de direito, como pessoa a ser considerada. Houve uma desqualificação das mulheres, inclusive daquilo que passou a ser tido como suas tarefas e responsabilidades.

No Brasil, por exemplo, as mulheres camponesas só passam a ser consideradas trabalhadoras, com direito reconhecido, após a Constituição Federal de 1988. Isso devido a um amplo processo de luta feito por elas.

A Constituição de 1988 declara que “todos são iguais perante a Lei”, no entanto, tal igualdade está longe de ser uma realidade.

A luta feminista colocou em pauta Os Direitos das Mulheres, inclusive o direito de decisão sobre seu próprio corpo. Superando uma barreira que tentava convencer que elas jamais teriam este direito.

Mas, além dos direitos reconhecidos por lei, é preciso que as mulheres avancem no campo dos direitos legítimos, que são negados pelo sistema capitalista patriarcal. Por exemplo, precisam superar a dependência e a inferioridade, que ainda faz com que elas precisem justificar e prestar contas de tudo 'a um dono de si'. Enfim, as mulheres precisam exercer a liberdade como um direito para serem felizes.



Foto: Noeli Taborada